



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE AGOSTO DE 2021

DECRETO Nº 359/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), PRORROGA TOQUE DE RECOLHER, FLEXIBILIZA O FUNCIONAMENTO DE SEGUIMENTOS DAS ATIVIDADES ECONOMICAS, ADMINISTRATIVA E COMERCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO a classificação da situação dos municípios na aferida na 31ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 9 de agosto de 2021, na qual o município de Congo se encontra em "bandeira amarela";

CONSIDERANDO o gradual crescimento da cobertura vacinal no município de Congo, que registra segundo o último boletim epidemiológico, a marca acima dos 50% (cinquenta por cento) da população congoense imunizada com pelo menos a primeira dose;

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atendendo prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar os números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretária Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam determinadas as novas medidas restritivas, no Município de Congo/PB, durante o período de 9 de agosto de 2021 à 22 de agosto de 2021, conforme normas deste decreto.

Art. 2º – Fica proibida circulação de pessoas na cidade (Toque de Recolher), a partir das 23:00hs até as 06:00hs, salvo nos casos de urgência e necessidade devidamente comprovadas.

Art. 3º – Fica estabelecido o fechamento total (*lockdown*) para Parques de Vaquejadas, Pegas de bois, Feiras de Animais, Casa de Shows, Boates e Estabelecimentos similares.

Art. 4º – Fica autorizado até às 22:00hs, o funcionamento, inclusive presencial, seja na zona urbana ou na zona rural do município de Congo, dos segmentos comerciais de lanchonetes e pizzarias, ressalvando-se ainda, que fica proibido a consumação de bebidas alcoólicas no local do estabelecimento.

Parágrafo Único. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento nos estabelecimentos enumerados no *caput* deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no *caput* deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes.

Art. 5º – Os segmentos comerciais de bares e restaurantes, que comercializam a venda de bebida alcoólicas e similares, poderão funcionar durante o prazo de vigência deste decreto da seguinte forma:

I – até as 20:00hs com o atendimento dentro de suas dependências, com proibição de utilização de música ao vivo, apenas permitido o uso de sonorização mecânica e de ambiente, bem como que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), quais sejam: exigir o uso da máscara aos clientes que neles adentrarem, mobilizarem para o cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes;

II – até às 22:00hs com atendimento única e exclusivamente, no regime de entrega do produto em domicílio (*delivery*).

§1º. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento presencial, nos termos do inciso I deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no *caput* deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes.

§2º. Os proprietários dos estabelecimentos comerciais enumerados no *caput* deste artigo serão responsáveis pela observância e cumprimento deste decreto e estarão sujeitos, em caso de descumprimento, as sanções estabelecidas neste decreto, principalmente na cassação do alvará de funcionamento e fechamento do estabelecimento.

§3º. Os estabelecimentos enumerados no *caput* deste artigo, que descumprirem às normas previstas neste Decreto, serão multados no valor de até R\$1.000,00 (mil reais), e, em caso de reincidência, será fechado o estabelecimento por prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 6º – Fica estabelecido o horário de funcionamento, de serviços e comércio em geral:

I – segunda à sexta-feira: até às 18:00 horas;

II – sábados: até às 18:00 horas;

III – domingos: até às 12:00hs.

§1º. Os Postos de Combustíveis, Farmácias e Serviços em Saúde, únicas exceções às regras acima, podem funcionar, sem aglomerações, mantendo-se às normas de distância.

§2º. Os estabelecimentos comerciais e bancos só poderão funcionar, com 50% (cinquenta por cento), exceção, apenas, aos salões de beleza, barbeiros, manicures e similares, que só podem funcionar com 1 (uma) pessoa por vez e com agendamento para o atendimento.

§3º. Os estabelecimentos comerciais e serviços em geral que descumprirem às normas previstas neste Decreto, inclusive com permanência de clientes sem máscara, serão multados no valor de R\$200,00 (duzentos reais), e, em caso de reincidência, será fechado

o estabelecimento por prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 7º – A feira livre se realizará às sextas-feiras das 12:00hs às 18:00hs e aos sábados até às 17:00hs.

Art. 8º – As escolas públicas municipais e privadas só poderão funcionar em regime híbrido de aulas para os anos iniciais do ensino fundamental, nos demais casos, só fica permitido o regime remoto de aulas.

Art. 9º – Poderão ainda funcionar:

I – As academias, até 22:00hs, limitado à ocupação simultânea de 15 (quinze) usuários, sendo obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição, controle da temperatura dos usuários e o uso obrigatório de máscara;

II – As missas, cultos, demais cerimônias religiosas e ainda as reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas em suas respectivas sedes, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade interna, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

III – As Casas de Eventos localizadas na zona urbana ou rural, poderão funcionar única e exclusivamente para realização de eventos particulares de aniversário e/ou casamento, com proibição de utilização de música ao vivo, apenas permitido o uso de sonorização mecânica, sendo ainda exigida a prévia comunicação à Vigilância Sanitária Municipal, com pelo menos uma semana da realização do mencionado evento, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos.

§1º. O comunicado de realização do evento mencionado no inciso III deste artigo, será precedido de requerimento por escrito endereçado à Vigilância Sanitária Municipal, constando a data, local e horário de sua realização e outras informações pertinentes para realização do evento, tudo isso para fins de fiscalização no cumprimento às regras de combate à COVID-19.

Art. 10 – As secretarias municipais, bem como a estrutura administrativa do município, funcionarão normalmente, inclusive para atendimento ao público em geral, de segunda-feira às sextas-feiras, nos horários das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs, sendo ainda observados por todas as normas sanitárias vigentes, sobretudo o uso de máscara, higienização das mãos e o distanciamento social.

Art. 11 – Como forma de incentivar a prática do esporte, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações, bem como da realização de eventos esportivos.

Art. 12 – É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

§1º. O cidadão que não fizer uso de máscara, em todo território municipal, será imediatamente notificado e, encaminhado às autoridades policiais, sanitárias e judiciais, para providências legais.

§2º. O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$1.000,00 (mil reais), bem como sanção de natureza penal nos casos enumerados no *caput* deste artigo.

Art. 13 – Ficam determinados que todos os casos ativos, confirmados pela Secretaria de Saúde, serão imediatamente notificados os pacientes para cumprimento de quarentena e, havendo descumprimento, serão encaminhados aos órgãos de fiscalização e policiais por crime de infração sanitária.

Art. 14 – Fica proibida a colocação em espaços públicos, inclusive em calçadas, de mesas e cadeiras, com intuito de realização de festas e atividade afins.

Art. 15 – Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural, como também a utilização por parte da população de aparelhos sonoros nos espaços públicos do município de Congo/PB, situação esta passível de recolhimento dos equipamentos sonoros, materiais e a instauração do competente inquérito policial por infringência em crime sanitário.

§1º. Excetua-se para os casos do *caput* deste artigo, a utilização de tais aparelhos sonoros e similares utilizados por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 16 – Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 17 – A Vigilância Sanitária Municipal e as forças policiais estaduais ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único – Os recursos oriundos das multas previstas e aplicadas neste Decreto serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 18 – As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 19 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 9 de agosto de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE AGOSTO DE 2021

Decreto nº 359/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO CORONAVÍRUS (COVID-19), PRORROGA TOQUE DE RECOLHER, FLEXIBILIZA O FUNCIONAMENTO DE SEGUIMENTOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO a classificação da situação dos municípios na aferida na 31ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 9 de agosto de 2021, na qual o município de Congo se encontra em "bandeira amarela";

CONSIDERANDO o gradual crescimento da cobertura vacinal no município de Congo, que registra segundo o último boletim epidemiológico, a marca acima dos 50% (cinquenta por cento) da população congoense imunizada com pelo menos a primeira dose;

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar os números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretária Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam determinadas as novas medidas restritivas, no Município de Congo/PB, durante o período de 9 de agosto de 2021 à 22 de agosto de 2021, conforme normas deste decreto.

Art. 2º – Fica proibida circulação de pessoas na cidade (Toque de Recolher), a partir das 23:00hs até as 06:00hs, salvo nos casos de urgência e necessidade devidamente comprovadas.

Art. 3º – Fica estabelecido o fechamento total (lockdown) para Parques de Vaquejadas, Pegas de bois, Feiras de Animais, Casa de Shows, Boates e Estabelecimentos similares.

Art. 4º – Fica autorizado até às 22:00hs, o funcionamento, inclusive presencial, seja na zona urbana ou na zona rural do município de Congo, dos segmentos comerciais de lanchonetes e pizzarias, ressalvando-se ainda, que fica proibido a consumação de bebidas alcoólicas no local do estabelecimento.

Parágrafo Único. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento nos estabelecimentos enumerados no caput deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no caput deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes.

Art. 5º – Os segmentos comerciais de bares e restaurantes, que comercializam a venda de bebida alcoólicas e similares, poderão funcionar durante o prazo de vigência deste decreto da seguinte forma:

I – até as 20:00hs com atendimento presencial, sendo proibido a utilização de música ao vivo, apenas permitido o uso de sonorização mecânica e de ambiente, bem como que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), quais sejam: exigir o uso da máscara aos clientes, mobilizarem para o cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes; (Redação dada pelo Decreto nº 361/2021)

II – até às 22:00hs com atendimento única e exclusivamente, no regime de entrega do produto em domicílio (delivery).

§1º. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento presencial, nos termos do inciso I deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no caput deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes.

§2º. Os proprietários dos estabelecimentos comerciais enumerados no caput deste artigo serão responsáveis pela observância e cumprimento deste decreto e estarão sujeitos, em caso de descumprimento, as sanções estabelecidas neste decreto, principalmente na cassação do alvará de funcionamento e fechamento do estabelecimento.

§3º. Os estabelecimentos enumerados no caput deste artigo, que descumprirem às normas previstas neste Decreto, serão multados no valor de até R\$1.000,00 (mil reais) e, em caso de reincidência, será fechado o estabelecimento por prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 6º – Fica estabelecido o horário de funcionamento, de serviços e comércio em geral:

I – segunda à sexta-feira: até às 18:00 horas;

II – sábados: até às 18:00 horas;

III – domingos: até às 12:00hs.

§1º. Os Postos de Combustíveis, Farmácias e Serviços em Saúde, únicas exceções às regras acima, podem funcionar, sem aglomerações, mantendo-se às normas de distância.

§2º. Os estabelecimentos comerciais e bancos só poderão funcionar, com 50% (cinquenta por cento), exceção, apenas, aos salões de beleza, barbeiros, manicures e similares, que só podem funcionar com 1 (uma) pessoa por vez e com agendamento para o atendimento.

§3º. Os estabelecimentos comerciais e serviços em geral que descumprirem às normas previstas neste Decreto, inclusive com permanência de clientes sem máscara, serão multados no valor de R\$200,00 (duzentos reais), e, em caso de reincidência, será fechado

o estabelecimento por prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 7º – A feira livre se realizará às sextas-feiras das 12:00hs às 18:00hs e aos sábados até às 17:00hs.

Art. 8º – As escolas públicas municipais e privadas só poderão funcionar em regime híbrido de aulas para os anos iniciais do ensino fundamental, nos demais casos, só fica permitido o regime remoto de aulas.

Art. 9º – Poderão ainda funcionar:

I – As academias, até 22:00hs, limitado à ocupação simultânea de 15 (quinze) usuários, sendo obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição, controle da temperatura dos usuários e o uso obrigatório de máscara;

II – As missas, cultos, demais cerimônias religiosas e ainda as reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas em suas respectivas sedes, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade interna, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

III – As Casas de Eventos localizadas na zona urbana ou rural, poderão funcionar única e exclusivamente para realização de eventos particulares de aniversário e/ou casamento, com proibição de utilização de música ao vivo, apenas permitido o uso de sonorização mecânica, sendo ainda exigida a prévia comunicação à Vigilância Sanitária Municipal, com pelo menos uma semana da realização do mencionado evento, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos.

§1º. O comunicado de realização do evento mencionado no inciso III deste artigo, será precedido de requerimento por escrito endereçado à Vigilância Sanitária Municipal, constando a data, local e horário de sua realização e outras informações pertinentes para realização do evento, tudo isso para fins de fiscalização no cumprimento às regras de combate à COVID-19.

Art. 10 – As secretarias municipais, bem como a estrutura administrativa do município, funcionarão normalmente, inclusive para atendimento ao público em geral, de segunda-feira às sextas-feiras, nos horários das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs, sendo ainda observados por todas as normas sanitárias vigentes, sobretudo o uso de máscara, higienização das mãos e o distanciamento social.

Art. 11 – Como forma de incentivar a prática do desporto, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações, bem como da realização de eventos esportivos.

Art. 12 – É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

§1º. O cidadão que não fizer uso de máscara, em todo território municipal, será imediatamente notificado e, encaminhado às autoridades policiais, sanitárias e judiciais, para providências legais.

§2º. O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$1.000,00 (mil reais), bem como sanção de natureza penal nos casos enumerados no caput deste artigo.

Art. 13 – Ficam determinados que todos os casos ativos, confirmados pela Secretaria de Saúde, serão imediatamente notificados aos pacientes para cumprimento de quarentena e, havendo descumprimento, serão encaminhados aos órgãos de fiscalização e policiais por crime de infração sanitária.

Art. 14 – Fica proibida a colocação em espaços públicos, inclusive em calçadas, de mesas e cadeiras, com intuito de realização de festas e atividade afins.

Art. 15 – Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural, como também a utilização por parte da população de aparelhos sonoros nos espaços públicos do município de Congo/PB, situação esta passível de recolhimento dos equipamentos sonoros, materiais e a instauração do competente inquérito policial por infração em crime sanitário.

§1º. Excetua-se para os casos do caput deste artigo, a utilização de tais aparelhos sonoros e similares utilizados por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 16 – Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 17 – A Vigilância Sanitária Municipal e as forças policiais estaduais ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único – Os recursos oriundos das multas previstas e aplicadas neste Decreto serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 18 – As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 19 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 9 de agosto de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE AGOSTO DE 2021

DECRETO Nº 360 /2021

CONVOCA A 9ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO-PB, JUNTO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a ser realizada no dia 12 de agosto de 2021, tendo como tema central: **“Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”**, abordando os seguintes eixos:

EIXO 1: A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2: Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3: Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4: Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5: Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Art. 2º – As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Congo – PB, 09 de agosto de 2021

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

JOSÉ ROSIMALDO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social